
DO BROADCASTING AO TRIBALISMO: Notas para um diagnóstico do lugar (ou lugares) das mídias na crise da democracia ¹

FROM BROADCASTING TO TRIBALISM: Notes on the diagnosis of the media's role (or roles) in the crisis of democracy

Fernando Lattman-Weltman ²

Resumo: *Em artigo-provocação publicado em meio à pandemia sugeri a hipótese de que o contexto comunicativo atual espelha um verdadeiro abismo de sentido, em que apesar de se ouvir em toda a parte os termos de uma mesma linguagem política moderna, os significados atribuídos às palavras variam enormemente (quando não simplesmente se opõem). Neste artigo desenvolvo essa hipótese a partir de uma exploração das diferenças estruturais entre a configuração atual das mídias – diante da revolução digital em curso – e a de meio século, com o predomínio do modelo de broadcasting. Trata-se de uma reflexão sobre como a revolução tecnológica desafia as pretensões de interlocução privilegiada da chamada “grande mídia” com algo que poderia tentativamente ser caracterizado como establishment, na medida em que favoreceria a fragmentação de públicos (re)produtores de informação e discursos, num processo de articulação, mobilização e afirmação mutuamente excludentes das mais diversas tribos.*

Palavras-Chave: *Broadcasting. Establishment. Democracia.*

Abstract: *In a provocative article published in the midst of the pandemic, I suggested the hypothesis that the current communicative context mirrors a real abyss of meaning, in which despite the fact that the terms of the same modern political language are heard everywhere, the meanings attributed to them vary enormously (when they are not simply opposed). In this article, I develop this hypothesis based on an exploration of the structural differences between the current configuration of the media - in the face of the ongoing digital revolution - and that of half a century, with the predominance of the broadcasting model. It is a reflection on how the technological revolution challenges the pretensions of privileged interlocution of the so-called “mainstream media” with something that could tentatively be characterized as “the establishment”, insofar as it would favor the fragmentation of audiences and (re)producers of information and speeches, in a mutually*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Democracia” da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021. Versão preliminar. Favor não citar.

² Professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



exclusive process of articulation, mobilization and affirmation of the most diverse tribes.

Keywords: *Broadcasting. Establishment. Democracy.*

“O que mudou foi a maneira como as pessoas se ligavam umas às outras. Por isso, mudou o comportamento; por isso, também mudaram a consciência e a economia das paixões, e a própria estrutura como um todo. ‘Circunstâncias’ que mudam não são algo que vem ter, aos homens, de ‘fora’: são os relacionamentos entre as própria pessoas”

(Norbert Elias, *O processo civilizador*, V.2, p.231)

1. Introdução

Em artigo-provocação publicado em meio à pandemia (Lattman-Weltman, 2021), sugeri a hipótese de que o contexto comunicativo atual espelha uma fratura, ou um verdadeiro abismo de sentido, em que apesar de se ouvir em toda a parte os termos de uma mesma linguagem política moderna (e já tradicional) – como democracia, liberdade, justiça, etc. –, os significados atribuídos às palavras variam enormemente (quando não simplesmente se opõem). E que este estado de coisas poderia simplesmente equivaler à inviabilização de qualquer simulacro de “esfera pública” (quanto mais de qualquer expectativa quanto à sua possibilidade efetiva).

Neste artigo pretendo desenvolver essa hipótese a partir de uma exploração das diferenças estruturais entre a configuração atual das mídias – diante da revolução digital em curso – e a de meio século, com o predomínio do modelo de *broadcasting*. Ou seja, trata-se de uma reflexão sobre como a revolução tecnológica de fato desafia as pretensões de interlocução privilegiada da chamada “grande mídia” com algo que poderia tentativamente ser caracterizado como *establishment*, na medida em que favoreceria a fragmentação de públicos (re)produtores de informação e discursos, num processo de articulação, mobilização e afirmação mutuamente excludentes das mais diversas tribos. E isso num contexto geral de

crise e deslegitimação das chamadas instituições democráticas liberais, entre as quais, é claro, a própria imprensa e a sacrossanta liberdade de expressão.

A rigor, tal operação não deve nos levar a esquecer, contudo, que o termo *broadcasting* embora adequado para descrever a diferença específica de um modelo de comunicação de massas hoje, talvez, em vias de eventual superação por outro, bem diferente, pode também tornar falsamente homogêneo o que na verdade sempre foi fragmentado e polissêmico, levando em conta como regiões do universo cultural midiático de massas, das mais ou menos marginais às mais consagradas, sempre estiveram voltadas também para o outro lado do abismo (ou outros lados). Bastaria para isso atentar para fenômenos midiáticos velhos conhecidos nossos, como a novelização do jornalismo, a romantização libertária do herói nas ficções e a apologia moralista da desinstitucionalização política, entre outros traços característicos de certos gêneros da produção midiática.

De modos que a atual e, a meu ver, flagrante e abismal dissonância bem pode ser apenas a ponta de um *iceberg* político, cultural e ideológico muito maior, enfim revelado, ou estimulado de modo inédito, pela proliferação virótica e pandêmica das redes sociais.

Cabendo, por fim, apontar também para algumas das possíveis conseqüências políticas mais importantes de tal situação, possivelmente inédita, e quais os desafios postos diante do esforço de ainda salvar o que resta da democracia brasileira contemporânea.

2. Modelos

Quando falamos de *broadcasting* queremos nos referir, como é sabido, a um modelo de comunicação em que, sem prejuízo de eventuais mediações secundárias ou posteriores intervenientes – sejam as de “formadores de opinião” extra-midiáticos (Lazarsfeld & Katz, 2006), seja a de contextos culturais específicos de absorção ou “refração” de narrativas e conteúdos midiáticos (Martín-Barbero, 1997) – está sempre pressuposta a existência de uma minoria de emissores que em condição

privilegiada e/ou dominante transmitem unidirecionalmente a informação para uma enorme maioria de receptores. Sejam ou não estes emissores efetivamente oniscientes e todos poderosos no controle de suas emissões, e sejam estes receptores mais ou menos ativos ou passivos no consumo das mesmas, temos sempre em mente o que hoje chamamos de “grande mídia”, ou “meios tradicionais de comunicação de massas”: principalmente o rádio e a televisão da pré-revolução informática, por conta das limitações do espectro de canais abertos de radiodifusão. Mas também a imprensa escrita, jornais e revistas, e outras formas, como o velho cine-jornal. Seja qual for o meio, o que importa na caracterização do modelo é sempre o desequilíbrio flagrante implicado pelo modo unidirecional com que fluem os fluxos comunicacionais: sempre de um centro limitado a poucos participantes para uma enorme, atomizada e gigantesca periferia. E sem a possibilidade de uma intervenção de *feedback* direto dos receptores nos mesmos fluxos (que não através de canais bem mais dispersos e indiretos, facultados e filtrados pelos próprios emissores).

Não é também por acaso que o funcionamento de tal sistema tenha assumido desde o seu início também a característica de envolver outros grandes atores e instituições no seu processo de construção e consolidação. Como nos lembra Machuco Rosa (2013), o sistema de *broadcasting* com suas especificidades não assumiu a sua forma característica exclusivamente em função de determinações tecnológicas. Conquanto estas tenham sido certamente decisivas, abrindo e limitando determinadas possibilidades de organização, a sua feição primordial foi muito mais produto de decisões deliberadas de determinados agentes com poder de veto e agenda, negociadas entre instâncias governamentais ou estatais e poderosos interesses privados. E isso em função das articulações entre: (1) variáveis de ordem tecnológica – relativas às invenções e à capacidade preditiva dos conhecimentos científicos disponíveis à época em matéria de comunicação por ondas eletromagnéticas –, mas também de (2) condições econômicas específicas – como, por exemplo, as relacionadas às diferenças de custos consideráveis entre a produção de equipamentos transmissores (muito caros), de um lado, e de receptores

(muito mais baratos e passíveis de economia de escala), de outro;³ (3) imposições do Direito sobre patentes e propriedade intelectual, e, por último, mas não menos importante, do (4) poder e da iniciativa regulatória de agências do Estado (militares, por exemplo), por considerações de carácter político e estratégico.

Ou seja, desde o primeiro momento – como o paradigmático caso do rádio ilustra (Machuco Rosa, 2013) – o modelo de *broadcasting* se estabeleceu como um projeto de intervenção societária de grande envergadura, importando em grandes investimentos e demandando a articulação e a negociação entre atores e instituições detentoras de grande poder. Ele não apenas operava – e segue operando – basicamente num sentido unidirecional, de “cima pra baixo”, como também apresentava – e segue apresentado (ou tentando apresentar) – um comprometimento intrínseco (mesmo que cada vez mais contraditório e problemático) com a reprodução de um mesmo projeto de organização política e social, à imagem e semelhança dos ideais civilizatórios mais ou menos consistentes de tais tomadores de decisão, de tais elites (ou, resumidamente, de tal *establishment*).

Não pode ser mais nítida a diferença deste modelo em relação ao trazido pelas novas tecnologias digitais em rede. Aqui tudo começa a mudar a partir de seu desenvolvimento com base em outro suporte operacional decisivamente distinto – o computador – que já surgiu e se desenvolveu num contexto totalmente diferente, com uma versatilidade característica, o que trouxe importantes implicações tanto de ordem econômica, quanto política. Trata-se de uma máquina concebida de saída para ser totalmente multifuncional, capaz de desempenhar qualquer operação que requeira o processamento de dados redutíveis a unidades de informação básicas e uniformes, em magnitudes cada vez maiores, e em tempo cada vez menor. Comparem-se essas propriedades com as limitações funcionais de suportes como os receptores de rádio e TV tradicionais – para não falar da folha impressa – para se ter uma idéia das potencialidades econômicas do investimento na pesquisa e produção de dispositivos com tal característica – ainda mais a partir do advento da

³ - Nos casos clássicos da imprensa escrita a diferença pode ser ainda mais brutal: compare-se o custo de um exemplar impresso com o da parafernália gráfica necessária à impressão em escala industrial e à sua distribuição (em especial antes da revolução micro-informática) (Toussaint, 1979).

miniaturização, desde o surgimento e popularização do micro-computador pessoal de quarenta anos atrás, até a massificação atual dos *smartphones*. Assim, em relativamente pouco tempo o computador passou a desempenhar tanto as funções de produtor, emissor e receptor de informação, centro versátil de toda a comunicação, assim como de todos os seus processos subjacentes de pré e pós-produção.

Por outro lado, tais propriedades favoreceram também a que seu contexto regulatório fosse totalmente outro. Ao contrário do que ocorreu com o modelo anterior, aqui não haviam – nem se permitiu que houvessem – patentes e grandes limitações relativas à propriedade intelectual industrial que impedissem que o avanço tecnológico se processasse simultânea e concorrencialmente em vários centros de pesquisa, o que levou à adoção de protocolos abertos à participação de uma infinidade de inovadores, produtores de insumos, tanto de *hardware* quanto de *software*, e, é claro, ao surgimento de um novo e gigantesco mercado global de consumidores, reprodutores e produtores de informações, de toda espécie e formato. Capazes agora de se beneficiar das propriedades inéditas da Rede, em matéria de barateamento de custos para todo o tipo de atividade, capacidade quase incomensurável de processamento, armazenamento, troca e recuperação rápida de informações, e comunicação multimídia imediata, como se diz, “em tempo real”, numa escala agora efetivamente global (e praticamente sem limitações de ordem lingüística).⁴

Se quiséssemos então resumir as diferenças entre os dois modelos, diríamos que:⁵ 1) enquanto a primeira era de *broadcasting* se baseava numa radical separação física, tecnológica e econômica entre dispositivos transmissores e receptores de informação, o modelo contemporâneo de redes digitais tem como centro um mesmo e versátil aparelho, o (micro)computador;⁶ 2) assim, se o primeiro modelo se organizava com base numa tecnologia restrita a uma função, o seguinte serve-se, basicamente, de uma tecnologia aberta, universal e multifuncional; 3) além

⁴ - Mas não exatamente “cultural”.

⁵ - Uma excelente visualização de tais diferenças é a fornecida por Machuco Rosa, cujas categorias principais resumimos aqui (2013, p.15).

⁶ - Que agora, inclusive, se apropriou completamente dos dispositivos funcionais clássicos do *broadcasting*. Mesmo quando ainda se preserva o formato antigo (caso das *smart-tvs*).

disso, é notável a assimetria de custos entre a materialização física das tecnologias necessárias ao modelo de *broadcasting*, se comparados aos baixos custos associados ao micro-computador, na nova ordem; 4) e sem esquecer o fator diferencial primordial implicado pelo uso de tecnologias patenteadas, no modelo anterior, em contraste com a base tecnológica livre e sem patentes de elementos centrais do universo *online*; 5) o que, por último, mas não menos importante, também se reflete nas diferenças de controle público (nacional, governamental ou estatal) da distribuição limitada de canais de radiodifusão em um caso, e no acesso aberto e praticamente ilimitado aos canais mediante protocolos públicos internacionais, no outro.

Com base em tais características históricas e estruturais que diferenciam radicalmente as condições de desenvolvimento dos dois modelos, fica mais fácil compreender não somente as vantagens comparativas que parecem tornar o advento da nova ordem simplesmente irresistível, como também dimensionar o tamanho do desafio representado por ela para todos os veículos e instituições típicos do contexto anterior. E finalmente, o impacto revolucionário de tais transformações na sociedade contemporânea.

Sendo estes tópicos matéria de atenção de várias comunidades de analistas e pesquisadores, de áreas de conhecimento muito diversas – e, não por acaso, objetos de muitas controvérsias – vou me restringir a explorar aqui apenas algumas hipóteses gerais de cunho político e institucional implicadas por tais metamorfoses, no Brasil e algures.

3. *Broadcasting*, tribos e abismos

Se o mundo que viu nascer o modelo de *broadcasting*, há coisa de cem anos atrás, começava a ser aquele em que o Estado ampliava cada vez mais a sua legitimidade para assenhorear-se do controle sobre todo e qualquer aspecto da vida social, o contexto histórico do novo sistema é cada vez mais o de uma Sociedade Civil multiforme, ou melhor, diluída até o limite do Estado de Natureza. Onde antes

se assistia à exaltação da necessidade e do caráter estratégico da centralização política e administrativa – quando não também o alinhamento obrigatório e generalizado a algum ideal de homogeneidade ideológica e/ou nacional, a um mesmo *diktat* supostamente unificador e isento de contradições –, o contexto atual parece privilegiar muito mais a pluralidade,⁷ a fragmentação, mas talvez cada vez mais também a irreduzibilidade ou a fixidez das identidades e diferenças. Ao ponto em que a própria noção de alguma sociabilidade comum a todos, por mais básica e restrita que seja, torna-se praticamente impossível.

Chamamos enfim este novo modelo de “tribal” justamente por, através da comunicação em rede e seus recursos próprios, favorecer e estimular a afirmação, a caracterização, a arregimentação e a potencialização de diferentes e eventualmente contrapostas e mutuamente excludentes “tribos”, definidas a partir de determinados índices discricionários, adscritos ou não. Certamente, a diversidade babélica de insumos simbólicos e a polissemia elevada à enésima potência na Rede não restringem ou obrigam tais “tribos” a assumir qualquer conotação ou sentido eminentemente político ou ideológico. Felizmente não. Pelo contrário, a grande maioria das “tribos” internéticas – e portanto, nem de longe inter-étnicas, ou coisa parecida... – se articula sem maiores preocupações ou implicações de ordem política (mesmo que isso possa estar se tornando cada vez mais difícil, ou que com frequência vínculos sociais originalmente desprovidos de conotação política manifesta passem a ser instrumentalizados politicamente através da Rede (Lattman-Weltman, 2015)). Seja como for, para os fins que nos interessam aqui, são justamente as “tribos” políticas – ou politizadas – da Rede, ou que atuam e se constituem nela, e, a rigor, devem sua relevância política primordialmente a ela, o que importa qualificar.

Há, portanto, desde o início do processo de estabelecimento do novo modelo comunicacional, uma fragmentação ou dispersão de recursos e de capacidades de intervenção na “ordem do discurso”, que não apenas se produz e se magnifica a partir do avanço da revolução digital, mas que na verdade pode ter sido, ou ainda ser, em grande medida também sua condição de possibilidade. De fato, sem a

⁷ - Mas não necessariamente o pluralismo...

desregulação original dos mercados de dispositivos digitais e de *softwares* não seria possível o barateamento dos dispositivos e de programas de acesso, mas também a própria neutralidade da *Web*, e sua complexa liberdade relativa de expressão.

Assim, o que no modelo anterior se apresentava como um simples diagrama de irradiação de informação e influência de um centro emissor para uma enorme periferia receptiva, hoje, de fato se apresenta muito mais como uma autêntica e gigantesca rede, ou teia, em que múltiplos “nós” se conectam, com pesos muito diferenciados de influência, parcerias e direcionamentos mútuos – e também de eventual contraposição dialética e adversarial.

O mais importante, porém, parece ser o quanto a autonomia comunicacional granjeada pela Rede e pelos recursos tecnológicos hoje disponíveis e acessíveis aos seus inúmeros usuários – e cada vez mais potenciais e efetivos (re)produtores –, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a mobilização e para o empoderamento de grupos que antes se encontrariam dispersos e desconectados, e no limite, impotentes para se fazer ouvir – submetidos, portanto, aos ditames e ao regime informacional da “grande mídia” e seus canais restritos de *feedback* –, pode também conduzir ao insulamento destas mesmas tribos e ao esvaziamento de qualquer coisa que possa ser qualificada como “esfera pública” (ou seus meros simulacros).

Por outro lado, há que se atentar também para o fato de que a unidade organizacional do modelo de *broadcasting*, com seus pressupostos básicos, de origem e de desenvolvimento histórico particular, assim como suas implicações ideológicas potencialmente unificadoras – em torno principalmente de cânones liberais-conservadores de pretensão universalista – nunca deixaram de permitir a que esses mesmos veículos, tão intrinsecamente articulados a projetos e a interesses dos setores mais poderosos e influentes, no Estado e na Sociedade Civil, também incorporassem em seus conteúdos e produtos, toda a espécie de manifestação de diversidade cultural, ou multicultural, que, independente de suas perspectivas, implicações e potencialidades ideológicas, pudessem ser (re)processadas e incorporadas aos seus mercados de consumo, reprodução e ampliação de audiências. Assim, ao mesmo tempo em que nos seus editoriais, nos

enquadramentos de suas coberturas jornalísticas, e mesmo em suas estratégias deliberadas de audiência (ou justificação) para obras de ficção em diálogo com contextos históricos específicos,⁸ tais veículos e seus porta-vozes sempre tenderam a manter coerente compromisso com uma determinada concepção genérica, eventualmente imprecisa, mas não menos real de ordem política, social e econômica,⁹ também incorporavam estes mesmos meios, sem maior dificuldade ou cerimônia, toda espécie de narrativas críticas ou mesmo corrosivas de tais valores “hegemônicos”, estivessem estas mais à esquerda ou à direita de seus bastiões de “centro”. Se, por exemplo, nos jornais (telejornais, ou rádiojornais) professassem compromissos mais ou menos explícitos com a ordem liberal-democrática moderna e suas instituições basilares, em outros espaços midiáticos havia pleno espaço para a consagração antipolítica do herói solitário e libertário – eventualmente situado para “além do bem e do mal” –, para a desconstrução moralista das instituições, e para a glamourização popularesca do preconceito contra minorias ou da violência justiceira, etc. Quer dizer, mesmo que forte e estrategicamente comprometidos com determinado *status quo* e sua mitologia, os veículos de *broadcasting* também sempre se abriram para a incorporação mercadológica de muitos outros mitos e arquétipos concorrentes e corrosivos a esse mesmo *status quo*. E ainda que muitas vezes tenham tido o cuidado de tentar disciplinar tais formas e conteúdos potencialmente “subversivos” – com os recursos mais ou menos sutis da hierarquização dos produtos culturais, com base em distinções relativas ao “bom” e ao “mau” gosto, às “altas” e “baixas” culturas, ao produto (ou “padrão”) de “qualidade”, em oposição ao depreciativamente “popular”, e/ou “comercial”, etc. – nunca permitiram que tais distinções prejudicassem a absorção de eventuais manifestações culturais mais “marginais”, não obstante freqüentemente compatíveis com os objetivos e dividendos econômicos e políticos maiores da obtenção de audiências e circulação crescentes.¹⁰

⁸ - Cfr. Kornis (2003) e Porto (2007).

⁹ - Mesmo que com as devidas variações de apoio e oposição mais ou menos oportuna aos poderes da hora, em suas oscilações de caráter mais autoritário ou liberalizante (Abreu, 2019).

¹⁰ - De modo não somente a garantir o sucesso comercial, mas também os dividendos políticos advindos de bons desempenhos no que já chamamos de “mercado de discursos públicos” (Lattman-Weltman & Chagas, 2016).

Ora, se por um lado, portanto, a ampla diversidade cultural e ideológica midiática não é assim tão inédita, nem apanágio exclusivo do novo modelo, por outro lado, são justamente tais hierarquias e tais disciplinas o que a variante tribal vem tornar problemáticas, senão simplesmente irrelevantes, para bem ou para mal. Para ela, ou melhor, nela, todo e qualquer produto cultural pode ser não apenas legítimo em si e para si, capaz de portar e afirmar seu próprio parâmetro de validade ética e/ou estética, mas também de nomear seu próprio séquito de produtores/consumidores, sua “tribo”. E esta agora pode se afirmar e manifestar sua positividade ¹¹ e diferença de um modo totalmente desembaraçado de quaisquer necessidade de sanção ou “reconhecimento” externo ou hierárquico, seja do ponto de vista institucional ou moral.

Impossível, pois, não reconhecer o caráter paradoxal e amplamente “democrático” e, no entanto, declaradamente antisocial e antiliberal de tais tribos em proliferação. Por um lado, toda e qualquer forma de identidade pode agora se manifestar, argumentando como bem entender, mobilizando o que quer que julgue válido ou necessário como elemento justificador de sua auto-afirmação perante seu “público”, e do seu “direito” inato a tudo que designe como seu, sem qualquer preocupação com qualquer externalidade ou reação mais ou menos previsível às suas ações. Por outro lado, tal desenvoltura libera também as demais “tribos” concorrentes ou inimigas de se ater a quaisquer escrúpulos com relação a suas próprias reivindicações e exigências, num jogo inevitavelmente de soma zero e tendente cada vez mais ao desregramento.

Nesse sentido, o novo modelo também parece separar ou fixar de modo inexorável as diferenças entre tais semânticas midiáticas, ou mediatizadas, dando origem, ou melhor, escancarando verdadeiros abismos de sentido, a despeito do uso freqüente de uma mesma linguagem democrática. Assim, termos como “democracia” “ordem”, “justiça”, “liberdade”, “direitos”, “igualdade”, “vontade/soberania popular”, seguem plenamente em uso, por toda a parte, a serviço dos mais distantes e antagônicos interesses, posições políticas/ideológicas e identidades, mesmo as mais incompatíveis entre si sob qualquer critério filosófico, ético ou existencial mais

¹¹ - Mesmo que construída inteiramente em torno a várias negatividades (Lattman-Weltman, 2018).

profundo. A eventual comunalidade lingüística que permite não só o tráfego pelos mesmos suportes midiáticos, e o que aparenta ser uma agenda política conjuntural comum, ou mesmo a participação num mesmo debate e arena, virtual ou não, perscrutada com um pouco mais de atenção e tentativa de compreensão de suas bases, pressupostos – mas talvez de modo ainda mais decisivo, em suas indissociáveis conexões narrativas e argumentativas com outros tópicos –, logo se revela falsamente comum ou familiar. Não há na verdade debate algum, ou diálogo possível. Mal ou bem articulados por seus interlocutores (ou porta-vozes) concretos e contingentes, tais discursos já se encontram como que cada vez mais pré-determinados, não somente em seus elementos narrativos constituintes e interconectados, e fechados em torno de si mesmos, como também, e talvez acima de tudo, comprometidos em seu direcionamento primordial como recursos bélicos de ataque ou defesa para o combate intertribal. E desse modo, quanto maior ou mais intenso e prolongado o aparente debate na “esfera pública”, menor a escuta efetiva – que não para o contra-ataque imediato –, maior o reforço das posições prévias, maior o entrincheiramento em torno dos fundamentos dos vários fundamentalismos disponíveis, maior o abismo de sentido (malgrado qualquer linguagem aparentemente comum).

Se estamos na pista certa, portanto, o advento possivelmente irreversível do novo modelo tribal atinge proporções que poderíamos simplesmente qualificar como de crise civilizatória. Ou seja, relativa não à perda de vigor ou colapso de tradições capazes de embasar qualquer pretensão etnocêntrica de superioridade cultural comparativa de uma sociedade sobre outra,¹² mas sim ao enfraquecimento da autoridade “naturalmente” impositiva de normas de conduta e práticas que por longo tempo vigoraram, estabelecendo os padrões de comportamento considerados socialmente adequados, eventualmente classificando e/ou hierarquizando formas e produtos culturais diversos, mas que, de um modo ou de outro, eram capazes de configurar certos horizontes comuns de expectativa e previsibilidade da vida em sociedade. Um conjunto de práticas instituídas, portanto – ou, dito de outro modo,

¹² - Como as que parecem ter dado origem moderna aos conceitos de *civilisation* e *kultur* analisados por Elias em seu clássico (1993), e que voltam a ser manipuladas com fins declaradamente discriminatórios e ofensivos.

um determinado arranjo de instituições, formais ou não – que, atuando como se constituíssem uma “segunda natureza”, não obstante foram capazes de dar origem a espaços abertos à livre expressão das diferenças, a razoáveis margens de tolerância, e ao encaminhamento relativamente pacífico de muitas disputas e controvérsias.¹³

Nesse sentido, o modelo tribal estaria contribuindo para uma ruptura muito mais profunda no que diz respeito não somente a idéias e valores comuns, mas sim a práticas e comportamentos tidos como inquestionáveis em sua pretensão de validade e autoridade (social e historicamente construída e reproduzida). Não se tratam, pois, aqui de meras oposições entre variantes liberais e pós-iluministas de posicionamento ideológico frente ao papel de instituições ou modos de organização econômica e social como as da tradicional agenda moderna de debates entre esquerda e direita, ou entre liberais econômicos e intervencionistas/estatistas, ou mesmo entre liberais políticos e republicanos, “apocalípticos e integrados”, enfim, entre quaisquer correntes concorrentes, mas igualmente alinhadas a posições ditas emancipatórias, “progressistas”, “humanistas”, mais ou menos moderadas ou radicais. Não. O abismo é muito mais profundo e diria respeito a princípios básicos de tolerância frente à alteridade e à possibilidade de coexistência entre os diferentes.

É claro que o “processo civilizador” de que nos fala Elias, assim como sua crise atual – que tentamos caracterizar e diagnosticar aqui no que diz respeito exclusivamente à suas dimensões midiáticas –, nunca foi um “projeto” totalmente universalizado, nem desprovido de seus altos e baixos, ou graves crises anteriores. De modo algum. Assim como as formas de violência típicas de eras “pré-civilizadas” sempre seguiram presentes a este universo moderno “pacificado” – mesmo quando satisfatoriamente relegadas a determinadas margens e marginalidades –, não é à toa, aliás, que nos vemos novamente debatendo tanto conceitos como os de “populismo” e “fascismo” para tentar dar conta das especificidades de

¹³ - Daí a que autores clássicos pudessem falar com propriedade, por exemplo, em processos civilizadores e/ou de racionalização de longo prazo, com importantes conseqüências.

desenvolvimentos políticos recentes em tantas democracias (inclusive de algumas tidas como “consolidadas”).

De fato, alguns paralelismos entre o mundo de um século atrás e o de hoje não param de chamar nossa atenção (assim como a evocar velhos temores): pense-se não apenas no processo de ascensão do fascismo – no bojo da crise econômica e ideológica da velha democracia liberal e da reação ao impacto da Revolução Russa de 1917 e da expansão do comunismo soviético –, mas também da revolução tecnológica e comunicacional representada então pelo rádio e pelos cine-jornais. Ou seja, novas e poderosíssimas ferramentas de comunicação audiovisual, dotadas de enorme potencial mobilizador e, portanto, estratégico em tal momento de expansão da política de massas.¹⁴ Sem prejuízo das enormes diferenças entre aquele contexto e o nosso atual – tanto no que diz respeito aos já analisados modelos de comunicação, quanto no que se refere ao perfil totalitário e sistemático das grandes ideologias antiliberais da “era das catástrofes” do século passado,¹⁵ em comparação com o quadro difuso e caótico de hoje – não me parece que possam ser menosprezados nem o caráter social e culturalmente revolucionário de ambas as transformações operadas à cada momento histórico por tais inovações, nem as possíveis – e a meu juízo evidentes – relações intrínsecas entre um fenômeno comunicacional e o surgimento, ou ressurgimento, de formas políticas e ideológicas que colocam francamente em cheque instituições e valores basilares de algo que com alguns riscos podemos chamar de uma determinada civilização.

É claro que não pretendo reduzir o atual transe político e institucional da democracia-liberal pós-segunda guerra mundial (e pós-queda do muro de Berlim) a suas condicionantes ou causas comunicacionais apenas.¹⁶ Mas é justamente o modo como o novo modelo de certo modo faz convergir para o centro dos seus “nós” muito do que foi durante anos relegado à marginalidade do extremismo, o que

¹⁴ - Para excelentes sínteses e explorações do debate atual sobre populismo, ver, por exemplo, Urbinati (2019) e Schmitter (2019). Para uma caracterização teórica das especificidades do fascismo, ver Linz (1976). Para um esboço de comparação entre o fascismo de um século atrás e suas florações atuais, Lattman-Weltman (2018).

¹⁵ - Para lembrar a caracterização histórica de Hobsbawm (1995) sobre aquele período crítico.

¹⁶ - Como demonstra a já vasta literatura sobre a crise atual da democracia, o assunto é muito mais complexo e as causas possíveis muito mais diversas (Levitsky & Ziblatt (2018), Mounk (2019), Przeworski (2020)).

certamente facilita agora não apenas a arregimentação de vozes antes marginalizadas e dispersas,¹⁷ mas também a sua articulação em torno de determinadas pautas, bandeiras, palavras-de-ordem, discursos e lideranças políticas que se apresentam, com maior ou menos eficácia, como *outsiders* – não por caso muitas delas “populistas” – e contrapostas às instituições democráticas e liberais tradicionais.¹⁸

Como alvos mais recorrentes de tais ofensivas comunicacionais podem ser localizados vários adversários. Para além de novos bodes expiatórios ou símbolos do mal ou da corrupção de identidades supostamente majoritárias ameaçadas – como os ataques a minorias LGBTQs, feministas, estrangeiros de modo geral, etc. exemplificam – não pode haver dúvidas também de que o caráter claramente reativo e reacionário de tais movimentos freqüentemente parte e chega ao mesmo tempo a outro denominador comum de ojeriza e culpabilização geral pelo *status quo*, ao qual tais ‘reformadores’ dirigem sua insatisfação e sua defesa de métodos autoritários – em especial aonde chegaram a vicejar recentemente, com maior ou menor vigor e continuidade, quaisquer políticas públicas de bem-estar, de segurança social, de acolhimento a refugiados, de promoção da afirmação e igualdade entre gêneros e grupos tradicionalmente discriminados, enfim, de qualquer coisa que ainda de leve se valha da noção universalista de Direitos Humanos: as ditas instituições liberais e (social)democratas. Ou, dito de outro modo, seus *establishments*. São estes, em última instância, os responsáveis pelo estado de coisas deletério a que se teria chegado e ao qual seria preciso reagir, segundo os novos cruzados da moral. A omissão, fraqueza, hipocrisia, venalidade, cumplicidade, ou seja lá qual o vício moral predominante de tais elites governantes, é que teria permitido aos inimigos do povo sua ação subversiva e desembaraçada, seu trabalho lento e conspiratório de perversão e erosão dos valores maiores da maioria. Por isso é preciso mudar radicalmente e restaurar a ordem natural das coisas.

¹⁷ - Processo que já tivemos a oportunidade de sugerir (Lattman-Weltman, 2015), a partir das teses de Tocqueville sobre a imprensa da “democracia na América”.

¹⁸ - Mesmo quando se trata de velhas caras conhecidas...

E para isso não basta jogar o jogo político tradicionalmente definido pelas elites, pelo *establishment*:¹⁹ é preciso desconstruir completamente os adversários, desacreditar os próprios mecanismos de arbitragem e qualquer veleidade de imparcialidade ou neutralidade de tal sistema – mesmo aqueles que venham a legitimar a vitória das novas vanguardas morais; como as próprias eleições –²⁰ e opor à Ordem vigente uma mobilização radical, ou pelo menos um simulacro de mobilização, que “represente”, ou melhor, canalize a insatisfação difusa e crescente – contra “tudo isso que está aí” – em direção a uma liderança heróica, implacável contra toda e qualquer hipocrisia, e capaz de tudo pelo bem maior do povo, quer dizer, daquela parcela eleita de “homens de bem”, de “pessoas decentes”. Decência que a rigor é o único critério “político” sobrevivente ao qual se aferra o ressentido ou desiludido integrante das legiões de eleitores autoritários, diante do caos e da incerteza insuportável do mundo social.

Talvez não exista melhor maneira de traduzir o que chamamos de *establishment*, do que justamente a expressão tipicamente ressentida do “tudo isso que está aí”. Ao mesmo tempo ela pode designar pessoas, líderes, mandatários e autoridades, coletivos altamente personalizados, como também pode se referir a regras impessoais, rotinas e mecanismos burocráticos, constrangimentos morais e pressões difusas que sentimos, mas não sabemos como definir ou cuja origem e direção não conseguimos localizar no espaço-tempo, etc. Mas que de um modo ou de outro, com maior ou menor definição e clareza sintetizam a fonte primordial ou o núcleo de onde emana o poder, o foco de onde presumimos que se origina a força coercitiva que, imaginamos, seria capaz também de submeter os outros àquilo que nós entendemos – ou desejamos – como Ordem, ou vontade da maioria, vontade geral, etc. Em linguagem contratualista clássica, se poderia dizer que o *establishment* representaria, nesse registro, a forma completamente exterior – quando não totalmente estranha – que Leviatã assume diante de nós, justamente quando, na verdade, não resta sequer resquício da noção de “contrato social” (ou de

¹⁹ - Ainda que seja exatamente isso o que os novos autoritários façam para chegar democraticamente ao poder.

²⁰ - Se é que legitimidade é uma questão que caiba no rol de altas preocupações filosóficas e políticas dessas novas tribos anti-sistema...

que se há algum contrato em vigor, ninguém me convidou ou consultou para assiná-lo). Mas uma forma facilmente personificada em rostos reais, razoavelmente conhecidos e passíveis de identificação e de juízo moral (seja como heróis, vítimas, ou mais freqüentemente talvez, vilões, cúmplices e traidores).

Ora, se é assim, de onde afinal nos vêm essa imagem primorosa que consegue sintetizar todas as nossas angústias e frustrações diante do que podemos julgar serem as promessas recorrentemente não cumpridas do paraíso democrático? De onde nos chegam a maioria dos retratos e relatos dos rostos personificados do *establishment*, dos responsáveis por “tudo isso que está aí”, assim como de suas aventuras e desventuras?

Não é difícil lembrar.

Vêm das mesmas fontes, telas e dispositivos de onde nos chega quase tudo hoje.

Seja de que lado estivermos no referido abismo de sentido: do lado que ainda espera alguma coisa das ditas (ou mal-ditas) instituições, ou dos que preferem – ou nunca tiveram muita escolha senão – depositar sua fé e esperança em outras divindades.

Mas por enquanto, embora todas as mídias, de ambos os modelos, atuem para os dois lados do abismo e possam servir – com suas diferenciações internas – tanto à re-fundação do *establishment* quanto ao agravamento da sua impotência (ou suicídio), o resultado global e agregado de suas intervenções particulares e míopes dificilmente não tenderá a continuar a ser predominantemente desestabilizador e pró-tribal. Parece ser da dinâmica geral e inexorável do modelo cada vez mais poderoso e onipresente. E independente de nossas vontades particulares e boas intenções ao participar de seus processos.

O que isso pode significar politicamente num contexto como o nosso?

4. *Establishment*, projeto civilizatório e terra arrasada

Como é característico do *establishment* e do modelo de *broadcasting* – construído à imagem e semelhança daquele – também os principais veículos da grande mídia brasileira, cujo auge se deu na segunda metade do Século XX, seguramente acalentaram e propagaram – e seguem, de certo modo acalentando e propagando – determinado ideal civilizatório para nossa sociedade. Ideal esse que já foi mais de uma vez decodificado sem maiores dificuldades por vários observadores.²¹

Creio que correndo poucos riscos, se poderia caracterizar tal projeto, com pequenas variações de época, e de veículo para veículo, em torno das seguintes linhas gerais ideais ou imagens de futuro para o Brasil: 1) uma sociedade moderna e afluyente, a exemplo dos países mais ricos da Europa, da América do Norte e, sob certos aspectos, do Extremo Oriente; livre, porém, de instabilidades e crises econômicas crônicas ou cíclicas, e sempre atraente para o investimento estrangeiro; 2) um regime democrático-liberal, igualmente semelhante a uma idealização do que ocorreria em “democracias consolidadas”, especialmente os EUA, mas também Inglaterra, França, Alemanha, etc., que funcionasse sem sobressaltos, com eventual alternância de poder e até alguma política distributiva, mas nunca jamais ameaçado no que diz respeito aos direitos fundamentais de propriedade e às liberdades privadas concernentes; 3) um país dotado de governos eficientes, honestos e limitados a suas funções essenciais de manutenção da ordem e da paz social, de respeito aos contratos e de provimento da Justiça; um país capaz até de superar os traços mais atrasados e bárbaros de sua trajetória histórica e realidade sócio-econômica e cultural, mas sempre de modo politicamente moderado, sem riscos e sobressaltos; 4) uma sociedade enfim pacificada, ordeira – civilizada, como diria Elias –, sem a violência endêmica que a caracteriza, e com hierarquias sociais pouco rígidas e “naturalmente” incorporadas, aceitas e reproduzidas por um povo feliz, pacífico e trabalhador; objetivo esse que, no entanto, dependeria primordialmente do advento de governos como os descritos acima, e sintonizados em matéria de programas e *policies* com o que de mais avançado existir em termos

²¹ - Ver, por exemplo, Albuquerque (2000), Azevedo (2017).

científicos e tecnológicos. Enfim, um país perfeitamente inserido no contexto civilizacional do Ocidente ao lado das nações mais invejadas.²²

Não seria talvez um destino tão ruim assim (superados talvez certos complexos de inferioridade).

Para bem o para mal, porém, como vimos, estando em crise tanto esse modelo de comunicação, quanto os eventuais projetos civilizatórios acalentados por suas elites, mas também de modo talvez mais importante as instituições em que se baseiam tais projetos, é preciso não só encarar o outro lado do abismo, como também tentar dar conta, minimamente, das problemáticas interações entre veículos e mídias de um e outro modelo. Assim como dos curtos-circuitos entre os projetos civilizatórios de tal *establishment*, suas idiosincrasias próprias, e as poderosas forças ou tendências desestabilizadoras da revolução midiática tribal em curso.

Desse modo, em primeiro lugar, é claro que por mais bem intencionado que fosse tal projeto e por mais coerente que possa soar – principalmente para ouvidos simpáticos a determinado cânone liberal – ele certamente se restringe a alinhar objetivos, ou fins, e certos pré-requisitos (ou meios) ideais. Por mais que tais ideais sejam em si importantes e por mais que estejam baseados em aspectos e motivações reais, quer dizer, fundados na experiência sócio-cultural concreta de nossa sociedade – não sendo, por assim dizer, arbitrários ou meramente abstratos – eles obviamente não podem e nem conseguiriam dar conta das forças e contradições igualmente concretas que até hoje inviabilizaram a realização mesmo que mínima de sua pauta.

Ou seja, há algo de muito errado com tal projeto civilizatório. Para além de belos ideais, ele só poderia resultar em algo de mais consistente e conseqüente se obviamente levasse em conta as muitas variáveis e fatores que conspiram para inviabilizar algumas de suas pautas em si mesmas, ou em interação com as demais. Em suma, se levasse em conta de modo minimamente satisfatório as várias e conflitivas dimensões da realidade social brasileira que sempre tornaram difíceis ou incompletos e insatisfatórios tanto os esforços por enriquecimento material mais

²² - E, portanto, pronto a superar o seu clássico “complexo de vira-lata” (e cuja força e vigência nunca deve ser menosprezada; haja visto, inclusive, o que acreditamos sejam os itens principais deste projeto).

justo e bem distribuído, quanto os de desenvolvimento e estabilização política democrática (para não falar de Justiça e outros direitos).²³

Realidade que, como sugerimos acima, já era tragicamente caracterizada pela existência de grandes abismos de sentido – na verdade, de experiências sociais e culturais efetivas muito diferentes entre si – e isso muito antes que a atual revolução comunicacional o escancarasse.

Mas é esse, aliás, outro aspecto fundamental desse autêntico processo democratizante de autonomização comunicacional,²⁴ trazido pelo advento do modelo tribal: podemos agora ouvir muitas outras vozes que antes não talvez não pudéssemos.

O problema é que nem todas são assim tão bonitas ou agradáveis de se escutar.

Certamente, muitas delas estavam aí presentes e acessíveis, talvez não de modo tão direto ou explícito. Mas para dar conta disso, e não se iludir com relação à suposta marginalidade, ou caráter mais ou menos minoritário de tais expressões, seria preciso uma atenção nem sempre disponível. E como estamos aprendendo de modo cada vez mais brutal agora, a oferta de atenção parece ser cada vez menos inelástica diante da demanda crescente colocada pela Rede e seu universo de falantes. Mais um efeito perverso, talvez, do caráter democrático do novo modelo.

E já que falamos de democracia e dos impactos da nova configuração comunicacional, haveria que explorar minimamente algumas hipóteses sobre as relações entre os modelos e suas conseqüências.

Uma delas poderia ser definida do seguinte modo: diante dos desafios postos pelo novo modelo tribal à própria possibilidade de sobrevivência comercial de veículos de *broadcasting*, uma alternativa para estes parece se situar justamente numa tentativa de fidelização de seus públicos consumidores através de uma clara partidização de suas coberturas políticas (o que por si só pode comprometer ainda mais a consistência de seus eventuais projetos civilizatórios e o seu poder de interlocução com determinados setores do *establishment*).²⁵

²³ - Convenhamos que é exigir demais de um mero projeto civilizatório, ou catálogo de ideais...

²⁴ - Senão, também, de empoderamento.

²⁵ - Explorei o tema em Lattman-Weltman, 2016.

Ora, foi exatamente isso o que ocorreu neste país há alguns anos: com a cobertura primeiro do caso do “mensalão” (2005), outros escândalos menores em seguida, até, finalmente, a famigerada Operação Lava-Jato (a partir de 2014), estabeleceu-se um clima de cruzada moralista no país que não deixaria pedra sobre pedra em matéria de instituições.

Resumindo os efeitos principais deste conhecido enredo se poderia dizer que o contexto atual de interação entre os dois modelos oportunizou: 1) um golpe de estado e a (re)tomada do poder por grupos oligárquicos então incapacitados pelo jogo eleitoral conjuntural instituído; 2) o deslocamento para fora do *establishment* de um contingente incômodo de arrivistas poderosos; 3) que tal golpe e tal deslocamento implicassem, ou desencadeassem involuntariamente (para seus promotores) o enfraquecimento – senão o suicídio – do próprio *establishment* como um todo. Com efeito, a operação de expurgo do *establishment* brasileiro se deu no pior momento possível para seus promotores, já que a nova ordem midiática em ascensão é franca e estruturalmente contrária a tal entidade.

O corolário do processo (nas eleições de 2018) foi a celebração estratégica do novo modelo – com a consagração estratégica das Redes, em particular uma ferramenta de campanha como o WhatsApp – e, não por acaso, a vitória do mais característico candidato anti-*establishment* da história republicana do país.

Consumou-se assim a agonia – ou suicídio – do projeto civilizatório dos meios tradicionais. E o abismo se alargou, assumindo proporções de um verdadeiro cânion.

Resta saber em que cenário, ou geografia, haveremos de caminhar daqui para frente.

E com que projetos.

Referências:

ABREU, A.A. **Acontecimentos políticos brasileiros pela ótica da imprensa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

- ALBUQUERQUE, A. "Um outro 'quarto poder': imprensa e compromisso político no Brasil". In: **Contracampo**, 12, 2000.
- AZEVEDO, F. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**, V.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KORNIS, M.A. "Ficção televisiva e identidade nacional: Anos dourados e a retomada da democracia". In: A.A.Abreu, F.Lattman-Weltman & M.A.Kornis, **Mídia e política no Brasil: Jornalismo e Ficção**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LATTMAN-WELTMAN, F. "De abismos e dissonâncias: Comunicação em tempos de pandemia(s) (ou, adeus esfera pública)". In: R. Sampaio, R. Sarmento & V. Chagas (orgs.), **Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões**. Curitiba: Compolítica/Carvalho Comunicação, 2021.
- LATTMAN-WELTMAN, F. "Fidelidade ou credibilidade? Desafios políticos ao jornalismo brasileiro contemporâneo". **Paper Apresentado ao 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, 2016.
- LATTMAN-WELTMAN, F. "Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: influência política midiática e radicalização militante". In: **Anais do VI Encontro da Compolítica**, Rio de Janeiro, 2015.
- LATTMAN-WELTMAN, F. & CHAGAS, V. "Mercado Futuro: A Economia Política da (Re) Partidarização da Imprensa no Brasil. In: **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v.59, Rio de Janeiro, 2016.
- LAZARSELD, P.; KATZ, E. **Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications**. New Brunswick: Transaction, 2006.
- LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LINZ, Juan. "Some notes toward a comparative study of Fascism in sociological historical perspective. in: W.Laqueur (ed.), **Fascism: a reader's guide**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1976.
- MACHUCO ROSA, A. (2013). "Do *broadcasting* à Internet: critérios de distinção entre os meios clássicos de comunicação de massas e os novos *media*". In: **Estudos em Comunicação**, nº 13, 1 -36, jun/2013.
- MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2019.
- PORTO, M. **Televisão e política no Brasil: A Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.



PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SCHMITTER, P. "The Vices And Virtues Of 'Populisms'". **Working Paper, European University Institute**, February 2019.

TOUSSAINT, N. **A economia da informação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

URBINATI, N. "Political theory of populism". In: **Annual Review of Political Science**, 22, 2019.